

§ 2.º — O terreno de propriedade de Sílvio Motola, tem a seguinte descrição:

UM TERRENO com 22,50m (vinte e dois metros e cinquenta centímetros) de frente a leste, à Estrada do Rincão, localizado junto à porteira de acesso a propriedade de Sílvio Motola, estendendo-se para os fundos, em sua face sul, numa linha com diversas deflexões em curva, numa extensão de 1.716,67m (um mil setecentos e dezesseis metros e sessenta e sete centímetros) e, pelo lado norte, numa linha paralela com 1.712,31m (um mil setecentos e doze metros e trinta e um centímetros) de extensão; dividindo-se por ambos os lados com propriedade de Sílvio Motola e, aos fundos, a oeste, mede 18,20m (dezoito metros e vinte centímetros) na divisa do terreno descrito no § 1.º, da propriedade do espólio de Otto Octávio Frasca. A divisa sul, de 1.716,67m (um mil setecentos e dezesseis metros e sessenta e sete centímetros), tem as seguintes características: — estende-se, do alinhamento da Estrada do Rincão, na direção sul-sudoeste em 340,00m (trezentos e quarenta metros), defletindo deste ponto para sudoeste em linha curva de 534,30m (quinhentos e trinta e quatro metros e trinta centímetros); daí, deflete ainda em linha curva na direção oeste-noroeste em 365,50m (trezentos e sessenta e cinco metros e cinquenta centímetros), tomando o rumo oeste na extensão de 284,37m (duzentos e oitenta e quatro metros e trinta e sete centímetros), de onde inflete novamente em curva para noroeste em 192,50m (cento e noventa e dois metros e cinquenta centímetros), até atingir o fundo, na divisa da herança de Otto Octávio Frasca. A divisa norte, com 1.712,31m (um mil setecentos e doze metros e trinta e um centímetros), acompanha paralelamente a divisa sul, em suas diversas deflexões, conservando-se o terreno descrito, em toda a sua extensão, com a largura de 18,00m (dezoito metros).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2 de dezembro de 1957.

**Leonel Brizola**  
Prefeito

**LEI N.º 1.803**

Altera dispositivos da Lei n.º 1.657, de 13 de novembro de 1956.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os artigos 28, 29, inciso I e o inciso II, alínea c, 38, 43, 52 e 121 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28 — O imposto territorial será calculado na base:

- I — de 5% (cinco por cento) sobre o valor venal do terreno, quando situado na 1.ª Divisão Fiscal;
- II — de 3% (três por cento) sobre o valor venal do terreno, quando situado na 2.ª Divisão Fiscal;
- III — de 2% (dois por cento) sobre o valor venal do terreno, quando situado na 3.ª Divisão Fiscal;
- IV — de 0,8% (oito décimos por cento) sobre o valor venal do terreno com construção em andamento.

Art. 29 — Sempre que o terreno se apresente com uma das características abaixo enumeradas, será o imposto acrescido de:

- I — 1% (um por cento) sobre o valor venal quando o terreno apresentar construção paralizada ou que, situado na 2.ª Divisão Fiscal não se ache cercado;
- II — 2% (dois por cento) sobre o valor venal, quando o terreno, apresenta:
  - c) desnível em relação ao leito das ruas da 1.ª e 2.ª Divisão quando niveladas e calçadas, tornando-o alagadiço.

Art. 38 — Os terrenos com frente para mais de um logradouro serão inscritos por aquele cujo valor do metro quadrado de terreno serão inscritos por aquele cujo valor do metro quadrado de terreno, padrão seja mais elevado e, tendo os logradouros o mesmo valor, a inscrição se fará por aquele em que o terreno apresentar maior frente.

§ 1.º — Os terrenos de esquina situados na 2.ª e 3.ª Divisão Fiscal serão inscritos pela testada fixada no título de propriedade.

§ 2.º — Os terrenos interiores, com frente para mais de um logradouro, serão inscritos pelas duas frentes.

Art. 43 — Do lançamento se dará conhecimento aos contribuintes por edital publicado na imprensa oficial e local com remissão aos logradouros onde se situem os imóveis.

§ 1.º — Ao contribuinte é facultado reclamar contra o lançamento no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação do Edital, cabendo recurso da decisão do Prefeito, nos termos da Lei, ao Conselho Municipal de Contribuintes.

§ 2.º — Findo o prazo, sem que haja reclamação, será considerado legal o lançamento e devido o imposto.

§ 3.º — Não serão recebidas impugnações sobre o valor venal quando proveniente do título de propriedade.

Art. 52 — O imposto territorial sofrerá uma redução de 10%



(dez por cento) quando pago no mês de janeiro de cada exercício e de 5% (cinco por cento), quando pago nos meses de fevereiro, março, abril e maio.

Parágrafo único — Nos casos previstos no artigo 44, excetuados os de sonegação, o imposto territorial, quando pago dentro do prazo de 30 dias da data da notificação, sofrerá a redução de 10% (dez por cento).

Art. 121 — Gozarão da redução de 50% (cinqüenta por cento) no valor do imposto os terrenos com testados até 13,20 metros (treze metros e vinte centímetros) que se achem localizados fora da 1.ª Divisão Fiscal, desde que o proprietário ou promitente comprador prove não possuir outro imóvel e tenha a escritura ou o contrato de promessa de compra e venda inscrito no Cartório de Imóveis e na Prefeitura.

Art. 2.º — São cancelados os valores lançados no exercício de 1957 relativos à diferença que se verificar entre o lançamento procedido de conformidade com a Lei n.º 1657 e o constante do acréscimo dado ao artigo 28 (item IV) pela presente lei.

Art. 3.º — São mantidas as isenções a que se refere a Lei n.º 1725, de 10 de abril de 1957.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 9 de dezembro de 1957.

Leonel Britzola  
Prefeito

# L E I N.º 1.894

Altera dispositivos da Lei 1.657, referentes ao imposto predial e dá outras providências.

## O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os artigos 57 (§ 1.º), 58, 59, 75, 84, 122 (§ 2.º), 133 da Lei n.º 1657, de 13 de novembro de 1956, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 57 — O imposto predial é anual e calculado a base de 0,8% sobre o valor venal do prédio.

§ 1.º — Sempre que o prédio se apresente com uma das características abaixo enumeradas será calculado o imposto na base de 1,2% sobre o valor venal:

- a) quando situado na 1.ª Divisão Fiscal e construído de maneira ou misto;
- b) quando situado em zona servida por rede de esgoto cloacal, contenha co. tigos, porões ou dispositivos de esgotamento das águas fluviais ou cloacais, em desacôrdo com as determinações da Prefeitura;
- c) quando construídas em um único pavimento e nos logradouros abaixo relacionados:
  - 1) Rua dos Andradas, entre as Ruas Gal. Portinho e Senhor dos Passos;
  - 2) Rua José Montauri;
  - 3) Rua Gal. Câmara;
  - 4) Rua Uruguai;
  - 5) Rua Mal. Floriano, entre Av. Otávio Rocha e Duque de Caxias;
  - 6) Rua Vigário José Inácio;
  - 7) Rua Dr. Flores;
  - 8) Rua Senhor dos Passos;
  - 9) Rua 7 de Setembro, entre Rua Caldas Junior e Praça Montevideu;
  - 10) Rua Voluntários da Pátria, entre a Praça 15 de Novembro e Rua Plinio Bandeira;
  - 11) Rua Siqueira de Campos, entre a Rua Gal. João Manoel e Av. Borges de Medeiros;
  - 12) Av. Borges de Medeiros;
  - 13) Av. Mauá;
  - 14) Av. Júlio de Castilhos;
  - 15) Av. Otávio Rocha;
  - 16) Av. Senador Salgado Filho;
  - 17) Praça Farobé;
  - 18) Praça Otávio Rocha;
  - 19) Praça 15 de Novembro;
  - 20) Praça Senador Florentino;
  - 21) Praça Mal. Deodoro.

§ 2.º — Não estão sujeitos à percentagem do parágrafo anterior os prédios, ou parte de prédios, quando atingidos por Decreto Municipal declaratório de utilidade pública, para fins de desapropriação.

Art. 58 — O valor venal do prédio será constituído pela soma do valor venal do terreno ou de uma parte ideal ao da construção, inclusive as dependências e edículas existentes.

Parágrafo único — No caso de prédios utilizados pelas indústrias, garagens, oficinas, armazens gerais e grandes armazéns em que o valor venal do terreno seja maior do que o da construção será corrigido o valor do imóvel de acôrdo com a razão matemática que se verificar entre o valor da construção e o valor do terreno.